



## CÉLULA DO PCP DA EMISSORA NACIONAL



# O programa que não apresentamos

Vão realizar-se na E. N. eleições para a Comissão de Trabalhadores. Os comunistas vêem nas C. T. a expressão da unidade dos trabalhadores e, por isso mesmo, consideram de grande importância essa forma de organização bem como a sua ligação e articulação com outras organizações unitárias de base.

Pela importância que atribuímos às Comissões de Trabalhadores e pela seriedade que entendemos dever rodear um acto eleitoral, consideramos nosso dever denunciar as condições em que tais eleições vão decorrer e a manipulação de que vão ser vítimas, uma vez mais, os trabalhadores — do que aliás já estão a constituir exemplos as lutas de galos entre os que pretendem disputar entre si o «contrôle» dos trabalhadores.

Numa altura em que, tal como nas regiões do país de mais fraca concentração proletária, existe na E. N., organizado e actuante, um poder que «sanea» militares progressistas, não se verificam as condições mínimas de liberdade que assegurem a seriedade de eleições.

Não são livres eleições numa empresa onde à frente de certas movimentações se distinguem activistas de organizações políticas abertamente reacçãoárias e até mesmo um funcionário da Embaixada dos Estados Unidos; onde, apesar da sua importância estratégica não existem hoje condições de segurança (como aliás foi unanimemente reconhecido em R. G. T.) pois as mínimas existentes foram irresponsavelmente denunciadas (os terroristas que têm procurado, e nalguns casos conseguido, dinamitar e assaltar centros emissores de rádio estão de certo agradecidos pelas informações!); onde estão por apurar e desmanbelar as prováveis ligações que conhecidos terroristas do E. L. P., ex-funcionários da E. N., tenham eventualmente mantido na empresa; onde, livremente, um funcionário se gaba de andar a fazer a lista de todos os comunistas «para quando isto mudar»; onde se é perseguido, transferido de serviço, ou diplomaticamente «promovido» a lugares sem capacidade de intervenção, por se ser militante comunista; onde há tentativas de saneamento à esquerda e de afastamento de profissionais que, independentemente dum relativo comprometimento com a E. N. fascista, põem hoje a sua competência profissional ao serviço da Revolução; onde, impunemente, meia dúzia de funcionários têm boicotado todas as tentativas de reorganização dos serviços e de dinamização dos programas, ampla e democraticamente discutidas e aprovadas em reuniões de trabalhadores; onde a força que existe dá para «sanear» militares progressistas, mas não chega para impedir que fascistas notórios já «saneados» continuem a receber vencimentos por inteiro, subsídios e gratificações. Não são livres eleições numa empresa onde o grau de esclarecimento e de consciência política é tão pouco elevado que torna possível, a um qualquer demagogo, arrastar trabalhadores, por exemplo, para uma manifestação de apoio ao conspirador que, em 11 de Março, só não bombardeou os estúdios da E. N. e não dizimou os

seus trabalhadores, para não dizimar também o povo que acorrera a defender a Emissora.

Em tais condições, o que vai passar-se na E. N. é pois uma palhaçada eleitoral, muito ao geito das «eleições» fascistas que levavam para S. Bento os eleitos por Salazar e Caetano.

Em condições diferentes, que já se verificaram na E. N., os trabalhadores de cada sector escolheram os seus representantes. É contra a liberdade dessa escolha que se realizam agora eleições por listas, pois os manipuladores sabem que a exclusão assegurada dos comunistas e de outros democratas consequentes é uma primeira garantia para a impunidade das suas manobras sectárias; como sabem que a propaganda anticomunista do fascismo — propaganda que a E. N. viveu por dentro e assumiu por inteiro —, pesa hoje ainda nas camadas da população com menos experiência de luta e menos hábitos de participação.

Aos manipuladores, por muito revolucionários que se proclamem, não lhes mete nojo tirar proveito dessa herança do fascismo. Hoje, na E. N., o que concretamente lhes interessa é constituir Comissões dóceis que sejam utilizadas como joguetes dos interesses de classe que defendem e que envolvam os trabalhadores na defesa desses interesses. O sectarismo e as pretensões de hegemonia sobre os trabalhadores levam mesmo ao desfazer das «santas-alianças», à agudização dos factores de divisão, e a colocar os trabalhadores da E. N. perante a falsa opção de escolher quem os vai manipular: os sociais-democratas da lista B ou os provocadores pseudo-revolucionários da lista A, «as linhas gerais de actuação» legalista e burocrática do programa B, ou a caricatura do marxismo-leninismo da lista A, uns e outros confrontados agora com a sua própria demagogia.

As presentes eleições têm por principal objectivo destruir de vez a Comissão de Trabalhadores dos Serviços de Programas — para cujas reuniões já há muito que não eram convocados os trabalhadores comunistas que tinham sido democraticamente eleitos — e arrastar na queda a Comissão de Trabalhadores dos Serviços Técnicos que, devido à origem proletária de muitos dos seus elementos, sempre mostrou ser a mais organizada, disciplinada, esclarecida e actuante.

Os comunistas, sós ou unitariamente com outros militantes de esquerda e com trabalhadores honestos e esclarecidos sem filiação partidária, poderiam organizar, promover ou participar numa lista para as presentes eleições. Fá-lo-iam — sem ilusões eleitoralistas, pois têm consciência da realidade que é ainda a E. N. —, com o objectivo de apresentar para análise e discussão pelos trabalhadores as suas propostas. Porém, na situação que se verifica na E. N., devida à manipulação de que estão a ser vítimas muitos trabalhadores por parte de meia dúzia de fascistas notórios e provocadores, consideram que tal só



serviria para dar um aval a uma forma de democratismo que se opõe à democracia.

Não abdicamos no entanto do nosso dever de contribuir para o esclarecimento dos nossos camaradas trabalhadores da E. N. e para procurar, também por esta forma, destruir os preconceitos e receios ancestrais que levam ainda hoje amplas camadas de trabalhadores a descreverem e a desconfiarem de todos aqueles, comunistas ou não, que conseqüentemente se batem pela construção em Portugal duma sociedade sem exploradores nem explorados.

Os nossos objectivos — por muito que digam em contrário os continuadores da propaganda anticomunista de Marcelo Caetano, Moreira Batista, Silva Pais, Clemente Rogeiro, etc. — correspondem às aspirações e interesses mais profundos do nosso povo. Queremos, lado a lado com todos os trabalhadores verdadeiramente interessados no socialismo, criar uma vida nova, onde as atitudes negativas perante o trabalho, o individualismo, o esbanjamento dos recursos humanos e materiais, dêem lugar à convivência fraterna, ao entusiasmo criador duma sociedade de trabalhadores livres e conscientes.

Era nesse sentido que, se se verificassem na E. N. as condições que consideramos indispensáveis para garantir a seriedade de eleições, apresentaríamos o seguinte programa para a intervenção dos trabalhadores, unidos e organizados.

25 Setembro de 1975.

## I — SANEAMENTO E REORGANIZAÇÃO

Ao avanço do processo revolucionário rumo ao socialismo, e portanto à satisfação dos interesses e aspirações de todos os trabalhadores, interessa um aparelho de Estado servido por conscientes defensores do socialismo; um aparelho de Estado saneado, reestruturado e reconvertido. Isto é tanto mais importante num organismo como a E. N. quanto é evidente o papel decisivo que cabe à rádio, e com mais razão e responsabilidade à emissora estatal, na tarefa patriótica de ganhar cada vez mais revolucionários para a Revolução.

Para que o povo português não continue a ser privado dum importante órgão de formação política, de esclarecimento e de mobilização, é necessário que a E. N. passe a acompanhar, sem indecisões, a dinâmica do processo revolucionário, pondo-se decididamente ao serviço da consciencialização do nosso povo.

Porém, todas as medidas progressistas que se tomem nesse sentido podem ser travadas e sabotadas se não se reorganizam os serviços aumentando-lhes a eficiência; se não se aumenta a produtividade; se não se ganham os trabalhadores para a causa e para as tarefas da sua Revolução e para um conseqüente espírito de militância; se não se alteram as relações de trabalho pela participação criadora dos trabalhadores.

A Revolução exige aos trabalhadores da E. N. um aumento de produtividade quer pela reorganização dos serviços, quer pelo seu empenhamento revolucionário.

Os trabalhadores da E. N. têm, em relação à Revolução, mais que uma solidariedade de interesses com as outras classes trabalhadoras. Como todos os demais trabalhadores, estão interessados na transformação revolucionária da sociedade e são indispensáveis para a realização dessa transformação. Parte integrante da força revolucionária dos trabalhadores, o facto de exercerem a sua actividade no aparelho de Estado confere-lhes uma responsabilidade decisiva na definição e execução das medidas relativas ao avanço do processo histórico; essa responsabilidade é aumentada pelo facto do produto do seu trabalho pesar de modo decisivo no esclarecimento e mobilização do nosso povo.

O pesado aparelho burocrático criado na E. N. pelo regime fascista, continua no entanto a estrangular a iniciativa revolucionária. A E. N. não responde ao que lhe é exigível, nem poderá responder enquanto não se proceder a um saneamento revolucionário, entendido não apenas como até ao momento.

O saneamento não é uma forma de exercer represálias e vinganças, mas uma necessidade imperiosa da Revolução, que tem sido travada e dificultada pela incipiência da legislação e por um entendimento incorrecto da sua função e dos níveis a que se deve desenvolver.

O primeiro desses níveis, de carácter político, deverá abranger os casos flagrantes de colaboração activa com o regime fascista, particularmente com as suas estruturas repressivas. A esse nível, entendemos ser aceitável o seguinte critério para sanear a E. N.:

1. Imediato afastamento de todos os indivíduos com qualquer forma de colaboração activa com as estruturas repressivas do regime fascista, particularmente com a PIDE/DGS e a Legião Portuguesa, ou com estruturas repressivas montadas no interior da E. N.;
2. Estudo imediato sobre o prosseguimento ou não dos processos actualmente em aberto, com decisão dos trabalhadores sobre eventuais propostas de «saneamento» ou reabilitação;
3. Abertura de processos para saneamento ou reclassificação, a partir da presente data, a todo e qualquer funcionário que deliberadamente procure sabotar o contributo da E. N. para o processo revolucionário, contando como agravante as suas ligações e procedimento político antes do 25 de Abril.

O segundo nível do saneamento é o da reclassificação dos funcionários, no sentido de criar uma nova E. N., liberta dos hábitos de burocratismo parasitário e servida por um funcionalismo eficiente.

Nesse sentido se situa não apenas a eventual reclassificação de funcionários que por incapacidade ou desajustamento estejam a actuar em termos que possam ter reflexos nocivos no resultado final da emissão, como também, a reclassificação e eventual promoção de funcionários cuja capacidade profissional não esteja a ser integral ou correctamente aproveitada.

Intimamente ligada a esta questão está a reestruturação e reorganização dos serviços e a simplificação da rede burocrática, só alcançável através da participação interessada e organizada dos trabalhadores.

Só assim, também, os trabalhadores poderão ganhar a consciência da utilidade da sua função social.

A reorganização dos serviços passa também necessariamente pela moralização dos critérios da utilização dos orçamentos, nomeadamente no que diz respeito ao apetrechamento técnico, aos gastos supérfluos da rede burocrática, e também no que respeita aos vencimentos.

Na E. N., são imorais a amplitude do leque de salários e as diferenças salariais em relação a empresas congéneres, nomeadamente a R. T. P., impondo-se um urgente reajustamento de letra. A E. N. poderá colocar-se em condições para dar resposta às mais justas reivindicações dos seus trabalhadores, em particular daqueles cujo trabalho é mais injustamente remunerado, se o sistema de taxas de radiodifusão for substituído por um imposto sobre o consumo de energia doméstica que incida principalmente sobre os gastos sumptuários.

No quadro duma racionalização geral dos serviços, a E. N. deve avançar para a progressiva ligação à R. T. P., e a estações de rádio que venham a ser nacionalizadas, iniciando essa ligação pelos serviços administrativos.



## II — UMA RÁDIO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

Monopólio do poder e instrumento de alienação durante o fascismo, a Emissora Nacional deveria ter hoje possibilidades de cumprir a sua missão ao serviço dos interesses do povo português, como poderoso meio de comunicação que é.

A consolidação das conquistas populares e o avanço da Revolução rumo ao socialismo impõem à E. N., como órgão estatal de informação, uma definição rigorosa da sua função. Embora essa definição não seja tarefa exclusiva dos trabalhadores da E. N. — a Emissora Nacional é de todos os trabalhadores portugueses —, compete-nos no entanto intervir numa forma criadora e organizada nessa definição.

Assim, adiantamos que no momento político que atravessamos, mais que em qualquer outro, ao equacionar-se uma problemática da programação da E. N., e particularmente da informação, não pode deixar-se de a referir ao tipo de sociedade que se pretende construir — o socialismo — e considerar as circunstâncias e condicionamentos específicos do momento presente.

Se atendermos às características específicas da sociedade portuguesa — 37 % de analfabetos (e quantos por cento sem hábitos ou possibilidades de leitura e sem terem ganho a consciência da necessidade de se informar?), uma população cultural e geograficamente dispersa, o macrocefalismo do país, etc. — e às próprias características do momento político, teremos bem definida a importância da rádio, e em particular da E. N., nas tarefas urgentes do esclarecimento, da alfabetização política, da informação.

Informar não é apenas relatar, mas sobretudo fazer compreender, fornecer ao ouvinte os dados capazes de lhe fazer ganhar consciência do processo histórico, para nele se situar e agir conseqüentemente; informar é sempre dar sentido ao que se transmite. Isto é tanto mais importante quanto é certo que nas massas predomina ainda largamente a ideologia que as classes mais reaccionárias fizeram veicular ao longo das últimas décadas por todos os meios de comunicação, nomeadamente pela E. N.

O profissional que intervém na informação, e na programação em geral, nunca é «apartidário». A posição de classe é que determina os critérios segundo os quais estabelece uma ordem, faz uma escolha, opera uma desmontagem. A questão está pois na classe cujos interesses ele representa. Pretender-se que a informação esteja como um árbitro acima das classes sociais, estranho a toda a ideologia, é uma forma de mascarar as responsabilidades que cabem ao trabalhador da informação. Em termos de classes sociais, a E. N. não pode pretender ser «apartidária», se quer constituir-se num instrumento mais para a construção do socialismo. Aliás, entre exploradores e explorados, não é possível o «apartidarismo». Isto mesmo determina também os limites do pluralismo dentro dos quais a E. N. se pode e deve mover.

Consideramos que a E. N. deve orientar-se pela preocupação da verdade, da objectividade, da defesa do processo revolucionário e das conquistas da Revolução, não sendo de aceitar que qualquer partido ou agrupamento a ponha ao serviço da sua orientação e da sua actividade política própria. É neste sentido que defendemos o apartidarismo da E. N., o que não confundimos com ausência de empenhamento no processo revolucionário.

A intervenção organizada e esclarecida dos trabalhadores — eles próprios ganhos pelo esclarecimento para os ideais do socialismo —, poderá edificar uma Emissora empenhada na conquista pelos trabalhadores duma sociedade liberta da exploração. Mas isto pressupõe um amplo

e profundo trabalho no interior da própria E. N., por forma a que cada trabalhador adquira uma verdadeira consciência profissional e revolucionária. Há no interior da E. N., aliás, um manancial de conhecimentos e experiências cuja troca organizada é indispensável para se atingir esse objectivo.

De igual modo se impõe que se organize a discussão e a troca de conhecimentos no campo profissional. Só assim entendemos ser possível tirar proveito duma Emissora saneada e reorganizada.

Só uma E. N. que conte nos lugares certos com profissionais certos e em cada lugar com profissionais competentes e interessados, poderá produzir, realizar e transmitir uma programação verdadeiramente revolucionária, que saiba esclarecer e mobilizar.

Entendemos que, quanto ao conteúdo, os trabalhadores da E. N. se devem bater por uma programação que no essencial assente na alfabetização política e na educação para o processo revolucionário, na alfabetização cultural e artística, na educação para o gosto pela cultura e pela arte — como antídoto contra a passividade e a colonização cultural feita pelos valores da burguesia —, no desenvolvimento do poder criador das massas populares e da cultura autenticamente popular como raiz dos novos valores. Mas entendemos igualmente que a programação da E. N. não pode desprezar, ou sequer menosprezar, a sua função recreativa e de divertimento.

Entre as potencialidades de que dispõe, e que ignora ou despreza, conta a E. N. com três orquestras, às quais deve caber um papel importante no preenchimento da programação musical, uma vez renovados os repertórios. A música popular e patriótica que é urgente que substitua a colonização cultural anglo-americana, não pode, na programação da E. N., estar sujeita às contingências do mercado do disco e ao espírito de concorrência capitalista que ainda submete as edições musicais.

No que respeita à forma, entendemos que deve ser preocupação primordial dos trabalhadores da E. N. a simplicidade e a clareza da linguagem e a ultrapassagem da contradição entre a cultura cidadão-burguesa dos trabalhadores da informação e a cultura da grande maioria dos ouvintes, por forma a não desperdiçar um imenso potencial difusor com uma camada restrita da população que, para mais, não é a que a E. N. deve privilegiar.

Entendemos também que a utilização correcta da rádio passa pela regionalização da programação, com uma maior autonomia e responsabilização dos Emissores Regionais. De igual modo consideramos que se deve organizar o acesso à rádio de organizações económicas, culturais, sociais e políticas como sindicatos, ligas de pequenos e médios agricultores, cooperativas, serviços da Reforma Agrária, serviços de alfabetização, etc. Tal só deverá porém encarar-se no quadro duma utilização planificada da rádio quando nacionalizada.

O que é evidente é que a programação da E. N. não pode continuar a ser, como tem sido e é hoje, um suceder de programas burocráticos para encher os tempos de antena, intercalados com provocações contra-revolucionárias e demonstrações de incompetência e de desinteresse, contexto no qual se perde toda e qualquer iniciativa revolucionária.

Integrada numa estratégia mais geral de uma informação ao serviço da Revolução, a programação da E. N. deve ser planificada, e ter garantias de que essa planificação é executada, para consolidação das conquistas populares e do avanço para o socialismo; deve cooperar na obra de reconstrução do país com as organizações verda-



deiramente democráticas e revolucionárias; deve intervir criticamente na realidade portuguesa, mas não entendendo por crítica o estimular de querelas de carácter secundário capazes de confundir, dividir ou desmobilizar os portugueses.

Só assim entendemos dever ser uma Emissora verdadeiramente nacional que, uma vez saneada e reorganizada, se torne numa arma da Revolução rumo ao socialismo, de forma competente, eficaz, responsável, revolucionária.

### III — UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

O fascismo não se limitou a explorar economicamente o funcionalismo público. Explorou igualmente a sua capacidade crítica e reflexiva e cortou pela raiz os seus mais elementares direitos como forma de garantir e apurar a exploração e de criar um aparelho de Estado que, docilmente desse despacho aos interesses do grande capital.

Privados da possibilidade de se organizarem em associações de classe, vítimas do zelo dos pequenos tiranos que procuravam exhibir-se aos olhos dos tiranos um pouco maiores, mal pagos, humilhados, os funcionários públicos foram arrumados pelo fascismo numa gigantesca máquina burocrática incapaz de responder às exigências da administração dum país.

O fascismo procurou criar uma classe de burocratas desligados da realidade, da vida e das aspirações populares, alienados, desunidos, e sem qualquer possibilidade de criar estruturas de defesa e de resistência, tudo fazendo para que os trabalhadores da função pública perdessem ou não adquirissem consciência de classe e regessem o seu comportamento pelos princípios da obediência cega e do servilismo; criou uma forte hierarquia, dividiu os trabalhadores por um escala ao longo de todas as letras do alfabeto, fomentou a intriga e a inveja.

O 25 de Abril veio assim encontrar estes 10 % da população activa do nosso país arredados de qualquer forma de luta organizada e extremamente permeáveis à continuação, embora por formas diferentes, das manobras tendentes a desviar-lhes a atenção da identidade de interesses que há entre todos os trabalhadores.

Foi assim que, no sentido de enfraquecer os trabalhadores, dividindo-os, foram sementeas intrigas e desconfianças, agudizados os conflitos e acentuadas as divergências, procurando-se assim impedir a cooperação das forças progressistas e a unidade dos trabalhadores.

Ora a verdade é que, se existem diferentes opções relativas à solução política dos problemas, os trabalhadores têm entre si uma solidariedade de interesses pois pertencem todos a uma mesma classe — a dos trabalhadores. Na base dessa solidariedade de interesses e na acção comum pela sua realização, é possível e é necessária a unidade dos trabalhadores.

Expressão dessa unidade são as comissões de trabalhadores. Se até agora, na E. N., essa unidade, nalguns casos, tem sido minada por dentro, a partir de agora ela passará a ser ainda mais dificultada dada a opção exclusivamente partidária que presidiu à composição das listas.

Sem procurar substituir os trabalhadores — quer no que

respeita à organização da vida da empresa, quer no que respeita à defesa dos seus interesses —, mas antes dinamizar e organizar a sua intervenção nesses campos, os órgãos representativos dos trabalhadores da E. N. dever ser os seguintes:

1. ASSEMBLEIA GERAL DE TRABALHADORES DA E. N., órgão máximo de decisão, constituído por todos os trabalhadores da E. N.;
2. COMISSÃO GERAL DE TRABALHADORES DA E. N., órgão de representatividade dos trabalhadores, composto por 5 delegados eleitos em cada Comissão de Delegados, 1 em cada Comissão de Trabalhadores dos Emissores Regionais, 1 da Comissão de Saneamento e Reclassificação, 1 da Comissão Pró-Sindical e 3 delegados das orquestras;
3. ASSEMBLEIA DE TRABALHADORES DOS SERVIÇOS ..... DA E. N., constituída por todos os trabalhadores de cada direcção de serviços, independentemente do lugar onde prestem serviço;
4. COMISSÃO DE DELEGADOS DA D. S. P., D. S. T., D. S. A. F., composta por delegados eleitos em cada secção;
5. ASSEMBLEIA DE TRABALHADORES DO EMISSOR REGIONAL ..... DA E. N., composta por todos os trabalhadores de cada Emissor Regional;
6. COMISSÕES DE TRABALHADORES DOS EMISSORES REGIONAIS, compostas por delegados eleitos em cada secção;
7. COMISSÃO DE TRABALHADORES DAS ORQUESTRAS, composta por delegados eleitos nas orquestras;
8. COMISSÃO DE SANEAMENTO E RECLASSIFICAÇÃO, nomeada pela Comissão Geral de Trabalhadores e sancionada em Assembleia Geral;
9. COMISSÃO PRÓ-SINDICAL, idem.

Estruturas de classe cujo reforço e dinamização é indispensável, as Comissões de Trabalhadores — eleitas em condições de liberdade e do mais amplo esclarecimento — são estruturas unitárias que, para além de representar os trabalhadores, devem promover, dinamizar e organizar a sua intervenção na defesa dos seus interesses e na condução da vida da empresa — saneamento e reclassificação, reorganização dos serviços, reestruturação e dinamização dos programas e das estruturas técnicas e administrativas, utilização dos orçamentos, contribuição para a definição e execução da política de programação e criação de condições para o seu cumprimento (nomeadamente estimulando a troca de conhecimentos técnicos com vista ao aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores). Cabe-lhes ainda estabelecer relações leais e fraternas com outras organizações de trabalhadores, associações de moradores e de militares e outras estruturas unitárias de base.

Setembro de 1975.

A CÉLULA DO P. C. P. DA EMISSORA NACIONAL